Estética I

***Kant – O belo, o juízo e a reflexão***

O significado da beleza e a natureza da arte têm sido objeto da reflexão de numerosos autores desde as origens do pensamento filosófico, mas somente a partir do século XVIII, com a obra de Kant, a estética começou a configurar-se como disciplina filosófica independente.

Para Kant, a estética afigura-se como a crítica dos juízos do gosto, crítica da faculdade do juízo.

Somos afectados diariamente por sensações que vêm do exterior. Sensações caóticas e desordenadas. O sujeito transcendental organiza essas sensações, aplicando as formas puras da sensibilidade. Ao fazê-lo, essa síntese das formas puras da sensibilidade é o objecto sensível. O objecto sensível não está lá fora; é uma percepção. Este objecto sensível será também submetido às formas a priori do entendimento. O que daqui resulta já não é o objecto sensível mas o inteligível (configuração do objecto lógico).

A sensibilidade dá-nos os objectos e proporciona intuições. Apenas o entendimento cria os conceitos. A dimensão da sensibilidade é entendida como obscura, sendo desvalorizada. Em Kant isto também vai acontecer. Sendo que toda a dimensão da emoção está ligada a um espaço psicológico.

A crítica da faculdade do juízo estético está ligada à crítica teleológica, isto é, à significação última dos nossos juízos. Juízos estes que podem ser analíticos (limitam-se a descrever o que já está lá; o que existe na realidade empírica); sintéticos (procedem da experiência); e sintéticos a priori (aqueles que nos permitem chegar a juízos necessários e universais).

O juízo do gosto, vinculado à reflexão, é aquele que determina o juízo do belo. Este, por sua vez, é (numa dimensão paradoxal) subjectivo, sem conceito (porque se o tivesse teria de remeter-se para um objecto e, nesse sentido, determiná-lo) e universal.

As coisas seriam mais simples se existisse um conceito do belo vinculado a uma regra ou lei universal. Mas não existe nenhuma prova a priori capaz de impor o juízo de gosto a alguém. Portanto, não havendo conceito é impossível pensarmos numa ciência do belo; em contrário, podemos criar uma estética do juízo de gosto. Este juízo de gosto não se baseia aparentemente num a priori resultante de formas demonstrativas da razão. Contudo, o juízo de gosto abre a possibilidade de um acordo universal.

Tal juízo de gosto tem a aparência de um juízo sintético a priori e esse a priori reside na hipótese de todos os homens possuírem um “senso comunis” (= senso comum estético). Este senso comunis não pretende dizer que cada um admitirá o nosso juízo e o seu conteúdo.

O que fazemos quando desenvolvemos este juízo estético, é criar uma oportunidade de poder transmitir aos outros a representação que faço do sentimento de prazer, resultante do belo. Não estamos a comunicar o nosso gosto. Quando dizemos “este poema é belo” dirijimo-nos ao sentido comum, sem deixar de supor que todas as pessoas têm a mesma aptidão para representar o que eu sinto. Trata-se de um sentimento universalmente comunicável (é o gosto que é universalmente comunicável e não o belo. E este não tem nada a ver com o conteúdo) sem mediação de nenhum conceito. Todos os indivíduos possuem a capacidade de expressar um juízo de gosto.

O belo é uma universalidade não conceptual; uma satisfação desinteressada, uma finalidade sem fim. *“O que agrada sem interesse”,* pois ao agradar por interesse tornar-se-ia impossível ser universal. O belo produz portanto uma satisfação racional e não um gozo ou prazer que exprime o objecto como agradável. A satisfação pelo belo não está vinculada a fins pessoais.

Quando dizemos, uma coisa é bela, o único sentimento que conta é o fervor e só importa uma finalidade – aquela que autoriza aos outros sentirem uma satisfação idêntica. O Belo satisfaz e “ ao mesmo tempo” representa que essa satisfação é susceptível de ser comunicável aos outros.

Kant recusa a ideia do belo em si. “*A beleza separada do sentimento do sujeito não é nada em si”*, da mesma forma que a beleza ligada ao interesse do sujeito também não é nada em si.

É o nosso juízo que nos ensina que uma coisa é bela. Mas isso não nos permite aceder a uma apreensão actual da essência do belo.

Kant não parte do objecto mas da representação do sujeito, isto é, do modo como ele qualifica no juízo de gosto, a maneira que tem de ser afectado. Daí que, o juízo de gosto não é uma operação intelectual em que apreenderíamos a essência do belo.

A análise Kantiana é conduzida do ponto de vista do sujeito que percebe e não do ponto de vista da coisa percebida.

*“Para distinguir se uma coisa é bela ou não, não relacionamos a representação com o objecto por meio do entendimento com vista de um conhecimento, mas com o sujeito e com o sentimento de prazer ou desprazer por meio da imaginação, unida talvez ao entendimento”.*

*“O juízo de gosto não é pois um juízo de conhecimento. Por consequência não é logica, mas estética”.*

O juízo de gosto não é estudado na sua especificidade empírica e a posteriori mas na sua subjectividade transcendental, ou seja, nas condições que se encontram universalmente em todos os sujeitos e tornam possível a experiencia sensível do belo na percepção.

O senso comunis, de facto, remete-nos para essa comunicabilidade inter-subjectiva, a qual nos permite debater com o outro acerca da possibilidade do belo, através de juízos de gosto e da reflexão, entrando em acordo. O belo, de facto, satisfaz-me. Ao mesmo tempo, represento-me que essa satisfação é susceptível de ser comunicada aos outros.

Mas como é possível o juízo acerca do belo? Não é um juízo sobre um objecto belo mas o vínculo entre a “representação” desse objecto e as nossas faculdades da imaginação e do entendimento. O juízo de gosto não obedece a uma regra objectivamente formulável porque se baseia num sentimento subjectivo. Apenas é possível esse juízo de gosto mediante a hipótese de uma comunicação universal extensiva a todos os sujeitos que possuem um sentido comum estético. O que eu comunico no Juízo? Um sentimento desinteressado resultante de uma finalidade sem fim específico.

O belo aproxima-se a uma dimensão próxima da liberdade e da moralidade. O belo não é condição do bom nem vice-versa. A relação entre o bom e o belo apenas pode ser simbólico.

Sendo objecto de um sentimento (particular), a beleza desperta as ideias da razão, que estão presentes em qualquer homem e que transcendem a subjectividade particular e suscitam a possibilidade de um sentido comum. Não estamos a falar de conteúdos mas de uma forma de pensamento. Assim, as ideias despertadas pelo objecto são comuns à humanidade.

Dizer que um objecto é belo é reconciliar o sensível (natureza) com o inteligível (espírito). Tal reconciliação é contingente porque está ligada com a reflexão. Não se funda em juízos determinantes (do universal para o particular) mas em juízos reflexivos (do particular para o universal). Não decorre de uma vontade consciente, que seguisse regras determinadas. O objecto desperta sentimentos e emoções em nós; representações intelectuais – daqui se deduz que se pode debater sem demonstrar.

Mas o que é afinal a reflexão? É uma actividade intelectual que se caracteriza por cinco momentos: 1 - Procede do particular para o universal (dos indivíduos para a classe); 2 - O geral (universal) não é dado antes da actividade de reflexão, mas apenas depois e por ela. Daí que o juízo reflexivo se oponha ao determinante que parte do universal. É, assim, uma aplicação do universal; 3 - Ainda que no inicio da operação reflexiva, o universal não seja dado como conceito ou leis determinadas; existe, porém, um horizonte de espera indeterminado que serve de fio condutor, de princípio para a reflexão. A expectativa é a de que o real vai deixar-se classificar e, de alguma forma, conformar-se a si aos princípios da lógica. De certo modo, é também a esperança de poder partilhar o fervor. O universal existe então, não como conceito mas como ideia reguladora do princípio de reflexão (ele não se conforma, esse é apenas um desejo nosso); 4 - Esta operação supõe implicitamente que é contingente que o real corresponda ou não aos imperativos da racionalidade lógica que lhe submetemos. Nada impede de pensar que os objectos poderiam não satisfazer os princípios da sistematicidade lógica. Se negássemos a dimensão da contingência, postularíamos a racionalidade do real e seria dar uma objectividade à ideia, a partir da qual o mundo seria integralmente inteligível: 5 - A actividade de reflexão está, assim, na origem de uma satisfação que Kant chama estética – e que reenvia à noção de finalidade. É porque o real surge como contingente, face as nossas exigências de racionalidade, que o sujeito que reflecte pode sentir um prazer. Porque sem nenhuma garantia, ele constata o acordo dos objectos concretos com as nossas exigências racionais.

Estes cinco momentos vão constituir a estrutura interna do juízo de gosto (e não do juízo de conhecimento, que implica o juízo determinante e a prioridade do universal pelo particular). Todos os homens têm possibilidade de chegar a um acordo sobre o juízo de gosto porque todos possuem a capacidade de reflexibilidade.

Na Crítica da Faculdade de Julgar, supõe-se podermos pensar no funcionamento do juízo de gosto. O sentimento de beleza e o prazer estético que o acompanha nasce de uma livre associação da imaginação (mais poderosa faculdade sensível). Há um acordo (harmonização) livre e contingente da imaginação e do entendimento. É, no fundo, uma reconciliação entre o sensível e o inteligível.

O belo permanece um assunto ligado ao sentimento e à sensibilidade. O sentimento que é a propriedade que o homem possui de não poder julgar o particular senão no universal (movimento da reflexão).